

CONTRIBUIÇÃO PARA PESQUISA DO CONSERVADORISMO ULTRALIBERAL NA REDEFINIÇÃO DE PROJETOS PROFISSIONAIS: A “NOVA” DIREITA VAI AO SERVIÇO SOCIAL

Jose Rodolfo Santos da Silveira¹

RESUMO

O trabalho em tela trata da disputa ideológica operada pela chamada “nova direita”, em sua relação com a formação profissional e direção social de projetos profissionais. Nossa aproximação com a temática se debruça sobre o corpo profissional do Serviço Social, envolvendo sujeitos envolvidos tanto na execução de Políticas e Serviços sociais em instituições de caráter público ou privado, quanto na intervenção diretamente vinculada à área acadêmica e à formação profissional.

Nessa área, a partir dos anos de 1980, uma direção social crítica se consolidou rompendo com elementos hegemônicos na cultura profissional progressista, com o peso do conservadorismo moral desde as protoformas da profissão nos anos de 1930, e perspectivas modernizadoras que figuram principalmente após a segunda metade da década de 1960 (NETTO, 2005).

Os sujeitos de que trataremos nesse texto compõe a “nova direita” do Serviço Social, e nos aproximaremos dos mesmos pela análise das publicações do “Movimento Serviço Social Libertário”. Esse movimento organiza a resistência à perspectiva emancipatória do projeto profissional do Serviço Social, atualmente legitimada pelos órgãos da profissão, inclusive em sua legislação profissional e confirmada na eleição de representantes da categoria na estrutura estatal via Conselhos profissionais.

Nesse sentido, no presente trabalho, ocupar-nos-emos de uma fração minoritária de intelectuais do Serviço Social que atuam como agentes de organização e difusão de visões de mundo e valores conservadores correlatos à determinada perspectiva de classe antagônica aos ideais democráticos e populares hegemônicos na profissão analisando seus laços de organicidade na defesa do ideário conservador ultra-liberal e no campo acadêmico-profissional.

PALAVRAS CHAVE: Nova direita, Profissão, ultraliberalismo, Hegemonia, Serviço Social

ABSTRACT

The work on canvas deals with the ideological dispute wrought by the so-called "new right", in its relation with the professional formation and social direction of professional projects. Our approach to this theme focuses on the professional body of Social Service involving

¹ Doutorando em Serviço Social/UERJ; Técnico-administrativo- Assistente Social/UFRJ.

individuals involved in the execution of Social Policies and Services in public or private institutions, as well as in the intervention directly linked to the academic area and to professional training.

In this area, from the 1980s, a critical social direction was consolidated breaking with hegemonic elements in the previous professional culture, with the weight of moral conservatism since the protoforms of the profession in the 1930s, and modernizing perspectives that appear mainly after the second half of the 1960s (NETTO, 2005).

The subjects that we will deal with in this text compose the "new right" of Social Service, and we will approach them by the analysis of the publications of the "Social Libertarian Service movement". This movement organizes resistance to the emancipatory perspective of the professional project of Social Work, currently legitimized by the professional bodies, including in its professional legislation and confirmed in the election of representatives of the category in the state structure via professional councils.

In this sense, in the present work, we will deal with a minority fraction of Social Service Intellectuals who act as agents of organization and diffusion of worldviews and conservative values correlated to a determined class perspective antagonistic to the hegemonic popular and democratic ideals in profession.

KEYWORDS: New Right, Profession, ultraliberalism, Hegemony, Social Work

INTRODUÇÃO

Trataremos do campo de análise do “projeto profissional” do Serviço Social e demarcamos a indissociabilidade de projetos de profissão e sua vinculação a projetos societários (NETTO, 1999). Esse projeto ,atualmente no Serviço Social, possui direção social crítica inspirada nas leituras teórico-metodológicas marxistas e em um universo ético-político que aponta para a necessidade de democratização no Brasil, em seus indissociáveis aspectos políticos, econômico e social. Por esse motivo também denominado “projeto ético-político” da profissão.

A atual direção social crítica não se consolidou sem disputas e tensões políticas, entretanto, , até os anos 2000, estas polêmicas concentravam-se majoritariamente entre leituras marxistas e outras perspectivas progressistas neste campo, com pequena incidência de elementos regressivos. Esses geralmente se expressavam vinculados às requisições profissionais do mercado de trabalho como, por exemplo, na defesa do “Serviço Social Clínico” - modalidade terapêutica de atendimento que passa a individualizar atendimentos em uma perspectiva que psicologiza as expressões das contradições capitalistas que requisitam o profissional de Serviço Social. A Resolução CFESS 569/2010, de 25 de março de 2010 veda esse tipo de prática (CFESS, 2010).

A ampliação das Instituições de Ensino Superior privadas e, particularmente, em “ensino à distância”; a precarização do trabalho (tanto no Serviço Público, quanto em empresas privadas), o “transformismo” - expresso na adaptação de diversas organizações ao conservadorismo econômico do neoliberalismo e/ou “novo-desenvolvimentismo” -, a ofensiva sofrida pela criminalização crescente dos movimentos sociais desde a redemocratização, com aumento da violência no campo e perseguição, entre tantos outros elementos impactam a direção do Serviço Social.

Contudo, é possível identificar que o segmento que apresentamos nesse trabalho representa uma velha “novidade” em relação à disputa do corpo profissional do Serviço Social Brasileiro na contemporaneidade. O ingresso da chamada “nova direita” nessa disputa, na conjuntura internacional e nacional de crescimento desta direita **ultraliberal** necessita ser analisado com cuidado pelos defensores de um projeto de profissão calcado na perspectiva da emancipação humana.

Cabe ressaltar que a expressão “nova direita” possui uma série de acepções. Melo (2018) apresenta, a partir de GRANT (1996), a origem da expressão “nova direita” como marca da reação anticomunista dos anos de 1980, que se “generalizou na crítica de esquerda” (MELO, 2018, p.) **apud** mas que aborda diversas matizes e influências teóricas.

Ao tratar da “nova direita” no Serviço Social também nos alinhamos com Melo (2018) ao assinalar peculiaridades na “nova direita” brasileira que tratamos neste trabalho:

Talvez seja necessário ampliar tal noção, incorporando outras dinâmicas político-ideológicas das últimas décadas que, em certo sentido, se ligam a própria exportação, do centro para a periferia, do ideário da *nova direita*. Entendida como uma espécie de reação à emergência de um ciclo de governos progressistas na América Latina, no início do novo século. Alguns Cientistas Sociais vêm falando de emergência de uma *nova direita* na região. (MELO, 2018, p. 15)

Para nossa aproximação com a “nova direita” no Campo do Serviço Social, trataremos do grupo autointitulado “Movimento Serviço Social Libertário”, dedicado à difusão do anticomunismo, ao combate a direção teórica social e política do Serviço Social Brasileiro e à divulgação do ideário econômico ultraliberal alinhado com o conservadorismo moral.

Procederemos ao estudo desse movimento, que surge em 2016 com a intenção de: “difundir as ideias liberais, a partir dos principais temas discutidos nas áreas sociais, econômicas, políticas e culturais” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2016). Não obstante, além da difusão das ideias liberais do grupo, na página de descrição da rede social, esse demarca claramente seu perfil de combate ao marxismo no Serviço Social.

Assim, além de apresentar as posições desses intelectuais e seus laços orgânicos com os *think-tanks* (tanques de pensamento) de direita que se difundiram desde os anos de 1980 no Brasil, apresentaremos suas relações, quando existentes, com o debate acadêmico-profissional do Serviço Social Brasileiro e sua inserção na disputa estatal. Essas posições apresentavam-se vinculadas a um bloco hegemônico heterogêneo, formado no último período, como reação ao que consideravam um governo excessivamente distributivista, por vezes nomeando de “socialista”, os governos do Partido dos Trabalhadores (PT).

O encontro entre ultraliberalismo econômico e conservadorismo moral não poderia ser mais bem representado, como o foi pela eleição para Presidente do Brasil de um militar conservador, apoiado por economistas ligados à Escola de Chicago, *agrobusiness*, indústria armamentista e grupamentos religiosos conservadores. Diante disso, mesmo minoritário no Serviço Social, este segmento pode impactar significativamente a direção atual da profissão, tensionando no sentido da reversão da ruptura com o conservadorismo moral e o tecnicismo acrítico que se realiza desde os anos de 1980.

Esta pesquisa parte da compreensão Gramsciana de Estado Ampliado ou Integral e compreende que a análise do Estado *stricto senso*, nas estruturais legislativa, executiva e judiciária, é indissociável da análise das relações e dinâmicas estruturais que suportam o consenso na sociedade civil; que não é à antítese do Estado, e sim, o momento de elaboração, difusão e

organização das posições de classes e frações de classe que se expressam no Estado, com participação central de seus intelectuais, diretamente vinculada à disputa na “sociedade política”.

Mendonça (2014) ressalta que:

(...) pensar o Estado Gramscianamente é sempre pensa-lo a partir de um duplo registro: o das formas dominantes de produção (classes e frações) que se constituem e se consolidam por intermédio de organizações da sociedade civil, ao mesmo tempo que, junto a cada aparelho ou órgão do estado restrito estão sempre projetos e intelectuais vinculados a agências da sociedade civil. Uma delas por certo deterá hegemonia junto a certo organismo estatal, conquanto outras igualmente lá far-se-ão presentes em permanente disputa (MENDONÇA, 2014, p. 38).

Mendonça (2014, p. 36) salienta que “a sociedade civil não é apenas o conjunto de aparelhos localizados ‘fora da esfera estatal’”. O alerta é mais que necessário, já que essa perspectiva idealizada da sociedade civil é fundamento do projeto conservador que se propõe a reduzir o papel social do Estado às mínimas condições necessárias para a máxima valorização do valor.

Assim, Mendonça (2014, p. 38) apresenta uma apreensão do conceito Gramsciano de Estado Ampliado como ferramenta metodológica “posto conter, em sua elaboração, os passos de um itinerário de pesquisa destinado à análise de constituição/ transformações sofridas pelo Estado, bem como para o desenvolvimento de investigações de todo tipo de temáticas a ele correlatas”.

Nesta pista metodológica, compreendemos que é necessário estudar a história das diferentes frações em disputa na sociedade civil como parte do processo que enseja uma série de transformações sofridas pelas funções do Estado capitalista desde os anos de 1970. Essas transformações respondem à dinâmica do capitalismo maduro e novas necessidades para manutenção da dinâmica nacional e internacional de valorização do valor.

Apesar de propiciarmos apenas uma primeira aproximação com os sujeitos pesquisados e de sua limitação metodológica ao pesquisar o referido grupo, centralmente, com base nas informações publicadas por ele em sua página em rede social (*facebook*) - principal instrumento de comunicação do referido “movimento” - e informações da plataforma Lattes, acredito ser possível elucidar, mesmo que ainda parcialmente, as relações que este grupo estabelece com segmentos de classe e seus projetos societários em disputa, a partir da pesquisa nos documentos e publicações deste movimento.

Embora pouco usual, acredito que a pesquisa a partir dos conteúdos nas redes sociais é central para a pesquisa no tempo presente. Essa centralidade não se refere à rede como ferramenta apenas, mas a pesquisa dos conteúdos - que inclusive por estratégia de dominação aparecem difusos

e descolados de suas fontes e, principalmente, apartados dos interesses econômicos, sociais e políticos que os forjam.

Buscamos, portanto, não a autoimagem que o movimento tem de si ou o seu discurso, que poderíamos alcançar sem pesquisa, mas apreender as relações sociais que fundam as visões de mundo difundidas, a materialidade do “projeto profissional” que apresentam e a perspectiva de relação com o Estado e Mercado, que este grupamento propõe para os profissionais de Serviço Social.

Para tanto, realizei um levantamento em todas as publicações do grupo na página que mantém na rede social *Facebook*, no período que se estendeu de sua fundação em 2016 até novembro de 2018. Busquei também identificar os diferentes Aparelhos Privados de Hegemonia com que esta iniciativa se relaciona, descortinando sua aparência de sujeito endógeno a profissão.

A leitura endógena da profissão marca o conservadorismo moral do Serviço Social (NETTO, 2005), entretanto, por trás de seu aparente apoliticismo, podemos desvelar as origens de suas formulações - o que se torna central em um tempo em que a discussão profissional comprometida com valores emancipatórios é vista como doutrinação, e a doutrinação com valores conservadores é vista como neutra.

Antes de ingressarmos na análise da chegada da “nova direita” no Serviço Social é necessário apresentar as múltiplas determinações que incidem sobre a gênese deste campo profissional, no que diz respeito centralmente as condições de reprodução social da força de trabalho, mas também a instauração de um determinado modo de vida adequado ao Capital-imperialismo e o crescimento dos monopólios no início do século XX.

1 O Advento do Serviço Social no Brasil e o Capital-Imperialismo

A profissão de Serviço Social surge no Brasil com a influência decisiva da Igreja Católica e se consolida na divisão social e técnica do trabalho posteriormente como um dos profissionais forjados para dar respostas as novas requisições para o Estado (sociedade política) e suas funções para a reprodução do capital em sua fase monopolista (NETTO, 2005b).

Estas modificações forjam uma miríade de profissões ligadas diretamente à incorporação de novos padrões de sociabilidade necessários para a valorização do valor no período monopolista. Assim, liga-se ao conservadorismo moral e anticomunista da Igreja Católica (sujeito central na construção do consenso em torno do perigo vermelho no período que antecede a ditadura) e ao caminho peculiar que assume a revolução burguesa no Brasil através do Golpe empresarial militar.

Do mesmo modo, o cariz mais tecnicista de “Manipulação de variáveis”, exigido da política social no Imperialismo dos monopólios coaduna, no Serviço Social, com o legado das

ciências sociais particulares (particularmente da sociologia de Durkheim e positivismo de Augusto Comte).

O campo profissional não passa ileso ao “enfrentamento do perigo comunista” na ditadura e se associa a leituras sociológicas em que o socialismo e, sobretudo, a organização de classe corrói valores morais. Essas leituras respaldam a reprodução da ordem burguesa em sua particularidade no solo nacional, vinculada à realidade do capitalismo monopolista internacional, assim como, as alternativas de planejamento econômico, expressos nos planos de desenvolvimento da ditadura, sob influência de organismos multilaterais no pós-guerra. As alternativas ensejaram um campo mais amplo que o Serviço Social, em torno dos planos econômicos de desenvolvimento da ditadura, constituindo-se sob a técnica do “desenvolvimento de comunidade” (AMMANN, 1984).

Fontes (2012, p. 147) ressalta que a expressão Imperialismo foi por demais dilatada em seu sentido, tornando-se sinônimo da “expansão imperialista de um único país, os Estados Unidos”, utilizado também como sinônimo da expansão capitalista internacional. Para tanto, a pesquisadora usa a categoria “Capital Imperialismo”, para dar conta do fenômeno tematizado inicialmente por Lenin (2012) que vai “muito além da junção de capitais Industriais e Bancários” (FONTES 2012, p. 155) e que na segunda metade do século XX, caracterizar-se-ia por uma “‘união íntima’ entre capitais de qualquer origem” que não seria mais visível apenas pela “união evidente de ‘espécies’ de capitalistas, aproximando-se mais da formulação marxiana da concentração de capital sob a pura forma monetária, do capital portador de juros ou, ainda, do predomínio da pura propriedade dos recursos sociais de produção”.

Nesse cenário de transformações intensas no âmbito do capitalismo internacional, a hegemonia conservadora no Serviço Social era constantemente perturbada pelos ares de crítica que marcam o mundo da cultura no Brasil desde a revolução de 1930, existindo assim vozes dissonantes, que entram em contato com discussões mais críticas pelo contato com a educação popular e a organização de seu público usuário e movimentos sociais no campo e na cidade.

O autoritarismo do período ditatorial foi um elemento importante para gerar, entre segmentos anticapitalistas, leituras restritas do Estado, que não incorporavam elementos da produção do consenso. Alguns autores, influenciados pela truculência de nossas elites nacionais, chegaram a cogitar, como Weffort (1984), a invenção da sociedade civil como marco da década de 1980.

No sentido inverso, a partir do arsenal teórico de Gramsci - que compreende a sociedade civil e sociedade política como indissociáveis na leitura do *Estado Integral ou ampliado* -, aliado aos resultados de pesquisas históricas como a de Dreyfuss (1987) sobre período do golpe

empresarial militar e de Mendonça (2009) sobre a organização dos agrônomos no Brasil, podemos compreender que a burguesia brasileira associava-se voluntariamente para dirigir o Estado muito antes de 1980 e, centralmente, que esta organização não cessa com a ditadura, mas ganha novo impulso na organização das classes dominantes alinhadas com os interesses dos centros capitalistas.

Na compreensão gramsciana, ao lado das clássicas estruturas coercitivas que marcam o Estado Burguês desde sua gênese, figuram instituições voltadas à promoção do consenso e asseguradoras de diretrizes adequadas para a valorização do “Valor” em determinada conjuntura histórica. Sendo assim, o papel determinante dos intelectuais é ampliado com o desenvolvimento das tendências concentradoras e centralizadoras no “Capital imperialismo”. Segundo FONTES (2012):

A dominação burguesa ocorre simultaneamente em diversos níveis, desde a produção do mais valor até o Estado, passando pela cultura, pelas formas de estar no e sentir o mundo e pelas modalidades de participação política. Sob o capital imperialismos, essa enorme abrangência de dominação é ainda reforçada pela disponibilização de trabalhadores que fomenta, pela atuação em frentes móveis internacionais, pela aglutinação concentrada de meios de comunicação e informação. O papel dos Intelectuais torna-se crucial nesse processo, razão pela qual, procuramos apresentar simultaneamente processos históricos mais amplos e algumas das mais difundidas formas da sua elaboração intelectual, tanto no sentido acadêmico, quanto no sentido diretamente organizativo, uns e outros reelaborando o papel dos intelectuais orgânicos no Brasil contemporâneo (FONTES, 2018, p. 218).

O crescimento acadêmico e profissional do Serviço Social como já aludimos está relacionado a esse avanço da concentração de espécies de capital no desenvolvimento dos monopólios. No entanto, essa “modernização acelerada” propiciou também a organização de segmentos antes desorganizados, ampliando sua capacidade de vocalizar suas próprias demandas. Contraditoriamente, este intento modernizador abre margem para o questionamento do conservadorismo no Serviço Social.

Nas décadas de 1950 e 1960, os ventos no movimento de “reconceituação” profissional da América Latina chega ao Brasil, questionando as bases conservadoras do “Trabalho Social”², mesmo com a derrota do processo de reconceituação frente ao recrudescimento expresso pelas ditaduras Latino-americanas. Assim, esse conservadorismo profissional vincula-se à resposta “capital imperialista” à questão social nos países periféricos, incidindo diretamente sobre os limites da democracia representativa.

2 A profissão de Serviço Social recebe o nome Trabalho Social na América Latina e na Maior parte do mundo.

No Brasil, essas influências renovadoras foram mitigadas ora pelo terrorismo de Estado da ditadura, ora pelo conservadorismo em ação nos organismos de organização e representação da categoria profissional, que passam a admitir apenas perspectivas modernizadoras ou conservadoras como legítimas representantes do “projeto profissional” adequado às novas necessidades para reprodução do capital imperialismo.

As requisições profissionais que marcam o advento e institucionalização do Serviço Social no Brasil vinculam-se a essas novas necessidades para a reprodução do capital no período de transição para o período dos monopólios, como demonstra Neto (2005), e das novas funções assumidas pelo Estado burguês, em resposta às “sequelas” da questão social.

Essas sequelas foram patologizadas, tratadas como problemas sociais e jogadas à esfera individual privada, onde atuariam centralmente os assistentes sociais. Essas definições marcam profundamente o campo profissional do Serviço Social, definindo sua direção hegemônica até a década de 1970.

As vésperas da década de 1980, setores significativos do Serviço Social brasileiro irrompem contra o conservadorismo. A mudança de direção possui, como marco paradigmático, o congresso Brasileiro de Assistentes Sociais de 1979, denominado como “Congresso da virada” que marca o advento de um “projeto profissional” crítico, em consonância com as necessidades dos trabalhadores e movimentos sociais organizados.

O ambiente de crescimento das lutas sociais sufocadas pela ditadura, a intensificação das lutas por democratização política, social e econômica, entre outros elementos possibilitaram a emergência deste novo “projeto profissional”.

Não foram eliminadas as requisições institucionais que legitimam o Serviço Social como profissão voltada às sequelas da sociedade no período em que vigora o “capital imperialismo”, mas é permitido aos profissionais aprofundar o conhecimento da dinâmica contraditória da realidade social, direcionando sua ação para demandas organizadas de segmentos subalternos e o enfrentamento à exploração e às opressões, nos limites de uma autonomia profissional relativa, mediada pela sua forma como trabalho alienado, assalariado, mesmo que sob o estatuto jurídico de profissional liberal, que permite relativa garantia na defesa de determinado perfil profissional (IAMAMOTO, 2011).

A ampliação da inserção do Serviço Social em instituições de Ensino Superior, a opção dos segmentos de esquerda na profissão por disputar a academia e o campo profissional, atuando dentro de seus organismos representativos formais, principalmente os conselhos regionais e federais de Assistentes Sociais - CFAS e CRAS -, propiciou o surgimento de uma nova direção teórico-política e técnico-operativa para a profissão.

Ressalte-se que os CFAS e CRAS, agora nomeados como conjunto CFESS-CRESS (Conselhos Federais e Regionais de Serviço Social) são autarquias federais que legislam sobre matéria específica da profissão, produzindo resoluções e códigos que normatizam o exercício profissional, além de atuar como tribunal ético, julgando condutas inadequadas ao código de ética profissional e às resoluções que lhe suplementam.

Essa nova direção alcança legitimidade estatal ao ocupar os conselhos profissionais (existentes desde 1957) e instaurar novas regulamentações sobre a profissão, ao influenciar a elaboração de uma nova lei de regulamentação profissional (Lei 8662/1993), e elaborar um código de ética (1993) que prevê entre seus princípios a “opção por um “projeto profissional” vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe etnia e gênero” (CRESS-RJ, 2008, p. 34).

Da mesma maneira, no campo da “formação profissional”, a nova direção que se consolida no Serviço Social passa a influir nos espaços de Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária, assegurando compromissos das unidades acadêmicas com a referida direção, através da Associação Brasileira de Ensino Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e elaborando novas diretrizes curriculares nos anos de 1990, comprometidos com os princípios democráticos assumidos pela profissão; que, embora alterados pelo MEC (CRESS-RJ, 2008), ainda vigoram como proposto pela ABEPSS em sua versão completa, em boa parte das principais unidades de formação acadêmica.

A nova direção, como já aludimos, estava profundamente vinculada aos movimentos sociais que ganham destaque na cena política brasileira nos anos de 1980 e ao campo político em torno do “Projeto Democrático Popular”, encarnado por movimentos sociais como Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento Negro Unificado (MNU), Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), por direções de entidades como União Nacional dos Estudantes (UNE), Central Única dos Trabalhadores (CUT), entre outros, e por partidos como PT, Partido Comunista do Brasil (PC do B) e Partido Democrático Trabalhista (PDT).

2. Serviço Social e a Estratégia Democrático Popular

Netto (1999) sobre esta relação entre o campo Democrático Popular e o Serviço Social afirma:

Enquanto o movimento democrático popular avançava- e, vinculado a ele, o serviço Social construía o seu projeto ético-político-, transformações substantivas marcavam a passagem de um do sistema capitalista a um novo estágio e, concomitantemente, uma crise planetária irrompia no trânsito dos anos 1980 para os anos de 1990 (NETTO, 1999, p. 18).

Portanto, o cenário de reconfiguração das funções do Estado e ofensiva do capital, que marca os anos de 1990 no Brasil colocavam em cheque as bases da Estratégia defendida pelo conjunto da esquerda. As organizações que se aglutinam em torno da estratégia democrático popular (EDP), passaram a ser fortemente pressionados ao pragmatismo e possibilismo. Esse processo, em conjunto com elementos que caracterizaremos adiante, colocou em cheque a estratégia democrático popular, que se metamorfoseou ao longo dos anos 1990 até sua versão “novo desenvolvimentista”, desprovida da perspectiva do anticapitalismo e da independência de classe que marca essa estratégia em sua origem na virada de 1970 para 1980.

Ao explicitar essa relação entre direção social do serviço social e EDP devemos evitar a conclusão mecânica de que a crise do projeto democrático popular seria a crise da direção social crítica e marxista na profissão. Isso seria ignorar o papel dos intelectuais na organização do consenso no interior da profissão, assim também, seria pouco dialético pressupor uma hegemonia estável no interior de um corpo profissional. Netto (1999) nos alerta para o fato de que um “projeto profissional” é sempre uma estrutura dinâmica.

O que chamamos de Estratégia Democrático Popular refere-se à crítica elaborada pelos sujeitos que conformam o PT, que se distingue dos projetos de esquerda na época, tanto da social democracia, quanto do “Marxismo Oficial”. IASI (2012) chama atenção para que esse elemento é posto como fonte da originalidade do discurso de esquerda que surge com o PT. A independência de classe é a marca do novo Partido dos Trabalhadores que ganhava adesões por todo Brasil nos anos de 1980, “um partido sem padrões” como sugeria o *slogan* adotado nesse primeiro momento e esta independência é um desdobramento da crítica à estratégia anterior.

Rejeitando a Estratégia Nacional e Democrática e as possibilidades de aliança com segmentos de classe burgueses, nos anos de 1980, após as greves dos metalúrgicos do ABC Paulista em 1978, a fundação do PT em 1979 e da CUT em 1983, a classe trabalhadora se organizava em novos instrumentos marcados pela independência de classe.

Como demonstra Coelho (2012), esse processo não é homogêneo dado a própria origem do Partido dos Trabalhadores como confluência de várias tradições teóricas e políticas, mas possui, neste primeiro momento, uma certa hegemonia dos que defendiam a independência de classe, mesmo que com matizes diferentes.

A adoção do que se convencionou chamar de Programa Democrático Popular no Brasil pelo PT e nos movimentos sociais em 1980 apresenta-se de forma mais ou menos acabada na resolução do 5º Encontro do PT, que levava em conta um diagnóstico das particularidades de nossa formação econômica e social e a truculência de nossa burguesia, profundamente associada aos interesses internacionais (IASI, 2012).

Diante desse diagnóstico, caberia aos trabalhadores organizados e movimentos sociais do campo e da cidade realizar as “tarefas em atraso” deixadas para trás na conformação do modo de reprodução do capitalismo no Brasil. Portanto, a luta por bandeiras democráticas se efetivaria com independência de classe pelos setores populares.

Iasi (2012) alerta-nos para o trágico desfecho da EDP como uma legítima tentativa de superação da defesa etapista, que vigorava na esquerda brasileira pré-1964, em que uma etapa democrática deveria anteceder a etapa propriamente socialista da revolução:

Quando a classe realizou o movimento real na dinâmica da luta de classes, entre o final da década de 1970 e o início da década de 1980, reconquistou a autonomia que havia perdido com a derrota de 1964. Quando foi dar forma a esta autonomia reconquistada, enquanto tentava dar permanência ao juramento na forma de uma organização, só poderia moldar sua consciência pela matéria prima que legam gerações mortas, pelo resultado de todo um desenvolvimento cultural expresso em um universo simbólico do qual fazem parte os balanços políticos e a produção acadêmica própria de um período. A herança que o novo partido encontra não havia resolvido plenamente a equação, em que pesem os geniais esforços como os de Florestan Fernandes, Francisco Weffort, José Álvaro Moisés (IASI, 2012, p. 442).

3. Serviço social, transformismo e hegemonia nos governos do PT

COELHO (2012), ao estudar o processo em que significativos setores da esquerda brasileira convertem-se em “esquerda para o capital” desde 1990 e perdem de vista a possibilidade de superação do capitalismo, recorre à categoria Gramsciana de “transformismo”, para compreender o processo pelo qual “molecularmente” ou por grupos inteiros passam a defesa do projeto societário avesso aos interesses de classe anteriormente defendida.

Durante o período do PT no governo federal (2003-2015) esse processo acelerou e muitos setores críticos ao desenvolvimentismo passaram a ser “Novo desenvolvimentistas”; críticos do Neoliberalismo passaram a incorporar os ditames dos organismos multilaterais como única alternativa de desenvolvimento; a mobilização social converteu-se em suporte à ação político-institucional e, cada vez mais, o anticapitalismo foi solapado pelo possibilismo rendido à lógica da governabilidade conservadora que vigora no parlamento.

Entretanto, o campo conformado pelo Serviço Social, organizado centralmente pela ABEPSS, CFESS e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), conseguiu preservar certa autonomia neste processo de transformismo de amplos setores, mantendo a defesa do “projeto profissional” alinhado com as defesas democráticas e populares desde a virada profissional. Isso, contudo, não significa homogeneidade no discurso profissional, ausência de rebatimentos do transformismo e, muito menos, o fim da existência do conservadorismo na arena profissional, mas uma determinada direção intelectual e moral, confirmada com a participação de intelectuais que organizam esse campo.

O transformismo impacta o Serviço Social principalmente a partir da configuração que as políticas sociais adquirem durante o período dos governos do PT, determinando uma série de requisições profissionais. A opção do PT no governo pela persistência da focalização e a adoção de modelos de política social alinhados com os organismos multilaterais, calcados na ampliação do consumo e redução do investimento em políticas sociais democratizantes, recolocou tensões adormecidas no campo profissional, no que diz respeito às requisições de controle social sobre a população trabalhadora.

A ampliação e a institucionalização das políticas de Assistência Social, onde atuam parte significativa dos assistentes sociais, por exemplo, foi acompanhada por formas precárias de contratação (RAICHELLIS, 2011) e pela incorporação de um referencial teórico-político, próprio da política social, para o trabalho profissional, avesso à hegemonia marxista do Serviço Social e que incorpora ecleticamente categorias como “risco” e “vulnerabilidade social”, parte do vocabulário dos organismos multilaterais como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI).

Apesar desses elementos de naturalização das desigualdades e regressão, o conservadorismo propriamente dito possui reduzida influência nos meios que legitimam a direção social da profissão de Serviço Social.

4. Hegemonia da Pequena Política e a “nova direita” no Brasil

Coutinho (2010) ao discutir a hegemonia burguesa no período dos governos do PT, produz uma crítica ao conceito de Oliveira (2010) de “hegemonia às avessas”. A caracterização de Oliveira (2010) referia-se ao transformismo do PT e informa que os representantes das classes dominadas estariam operando a gestão da dominação burguesa.

A crítica de Coutinho (2010) constrói, a partir da categoria gramsciana de grande e pequena política que o autor sardo traz de sua crítica à Maquiavel, uma explicação sobre a hegemonia no período dos governos do PT. Em Gramsci (2011, p. 243), a “grande política” referia-se às: “questões ligadas a fundação de novos Estados, a luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais”. A “pequena política”, em contrário, refere-se à política corriqueira, cotidiana, do dia a dia parlamentar e da administração do existente.

Para Coutinho (2010), o elemento central para compreender a hegemonia nos períodos do PT seria justamente a “hegemonia da pequena política”, no entanto, ressalta que a “exclusão da grande política” pode ser a grande política da burguesia. A naturalização dos valores existentes e

das desigualdades estruturais no capitalismo e o esvaziamento aparente de projetos de classe podem ser parte da grande política burguesa.

Nas palavras de Coutinho (2010):

A Hegemonia da pequena política baseia-se precisamente no consenso passivo. Esse tipo de consenso não se expressa pela auto-organização, pela participação ativa das massas por meio de partidos e outros organismos da sociedade civil, mas simplesmente pela aceitação resignada do existente como algo natural. Mais precisamente, da transformação das ideias e dos valores da classe dominante em senso comum de grandes massas, inclusive das Classes subalternas (COUTINHO, 2010, p. 31).

Coutinho (2010) anota a pertinência da utilização desta categoria em contexto marcado pela “contra-reforma”, onde vigoram elementos de conservação, e não no contexto original de “revolução passiva”, onde vigoram elementos de contrarrevolução atendendo parte das demandas dos de baixo pelo alto, como apresentado por Gramsci.

Nesse sentido, ressalto que se por um lado o período “Neoliberal”³ no Brasil coincide com a rendição de segmentos significativos das classes subalternas, por outro esse é um período de intensa organização, como mostra a brilhante pesquisa de Casimiro (2016). Ele apresenta a origem, a trajetória e as relações orgânicas com setores da classe dominante, de parte dos aparelhos privados de hegemonia da burguesia, que crescem em número no período posterior à “redemocratização” e ganham novo impulso após a crise de 2008.

Se por um lado, as classes subalternas abandonavam a grande política, ao aderir à defesa da sociedade capitalista como eterna, como apontava Coutinho (2010, p. 31), por outro, essa ausência não impediu a organização de intelectuais orgânicos e frações de classe em torno da “defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais”. Desse modo, paralelamente à rendição de amplos setores anticapitalistas, é desenvolvida e difundida uma retórica que não apenas postula a manutenção, mas reivindica o aprofundamento dessas estruturas que garantem a reprodução do “capital imperialismo” no solo nacional, sem ameaçar privilégios de segmentos concentradores, nacional e internacionalmente.

Muito elucidativa é a pesquisa de Casimiro (2016), onde esse identifica e apresenta alguns dos aparelhos privados de hegemonia (APH's) criados e reformulados, destinados à ação doutrinária, mesmo que com outras intenções. Destacam-se na pesquisa o Instituto Millenium (IMIL), criado em 2005, o Instituto Liberal (IL), reformulado em 2013, o Instituto Von Misses Brasil (IMB) lançado em 2010, o Estudantes Pela Liberdade, lançado em 2012.

3 Mesmo compreendendo que a expressão Neoliberalismo é por demais ampla, explicando processos políticos e econômicos diversos, utilizaremos aqui, principalmente como periodização, das políticas ofensivas do capital em sua maturidade, desde os anos de 1970.

Coutinho (2010), antes do lançamento de grande parte destes aparelhos privados de hegemonia, conclui seu texto com a inquietante questão, a cerca dos impactos da crise de 2008:

Será que traremos de novo, para essa crise, uma solução à direita, como foi o caso da vitória do Nazismo após a crise de 1929(temor expresso em recente entrevista de Erich J Hosbawn)? Será que voltaremos a políticas keynesianas, ainda que sem muitas concessões aos trabalhadores, como parece resultar de algumas propostas postas em prática hoje, pelos principais países capitalistas? Será que continuarão a vigorar, ainda que sob novas formas, as mesmas políticas neoliberais? Ou será que, em consequência da crise, voltara a predominar a “grande política”, com uma retomada do papel antagonista das forças de esquerda no mundo do trabalho? (COUTINHO, 2010, p. 43)

Aparentemente os anos que se seguiram apontaram para todas as tendências expressas nesse trecho, ainda que com um arranjo peculiar. No Brasil, o período posterior a “crise de 2008” coincide com a defesa aberta do “Novo desenvolvimentismo” pelos governos do PT, aproximando-se de “um Keynesianismo sem muitas concessões aos trabalhadores, concomitantemente avançam políticas neoliberais, ainda que sob novas formas” (COUTINHO, 2010, p. 43).

O “papel antagonista das forças de esquerda no mundo do trabalho” (COUTINHO, 2010, p. 43) não foi retomado, mesmo que tenha havido um crescimento de movimentos corporativos de setores precarizados (BRAGA, 2012). Porém, apesar do crescimento da insatisfação que ganha as ruas nas jornadas de junho em 2013, a esquerda passara, cada vez mais, a defesa do Estado Democrático de Direito, até os brutais ataques à democracia formal representados pelo *Impeachment* da presidente Dilma Rousseff e prisão do ex-presidente Lula são tratados sobre esse prisma.

Sob “a resposta à direita” (COUTINHO, 2010, p. 43) para a crise, essa veio galopando em cavalo velho, em torno de um sentimento restauracionista da ditadura, de um combate, sem tréguas, a qualquer direito contrário ao conservadorismo moral, uma associação de neopentecostalismo, Libertarianismo e outras formas de Liberalismo conservador, cravado de anticomunismo.

Essa é a situação, que se agudiza após junho de 2013, em que surgem e se multiplicam *think-tanks* e organizações partidárias (mesmo que não eleitorais) declaradamente anticomunistas, conservadoras e Liberais, nas quais se insere o “movimento Serviço Social Libertário”.

Um momento, após 2013, em que certo denunciamento de uma suposta “doutrinação Marxista” passa a se organizar na disputa “intra-estatal” e na sociedade civil, capitalizado a partir do movimento “Escola Sem Partido” e de uma rede de APH’s, que se espalha em todo território nacional, aglutinando diferentes matizes de conservadorismo moral. Esse bloco envolve tanto APH’s mais clássicas como igrejas, associações de educação privada, movimentos corporativos,

partidos e, também, novas organizações como Institutos e Fundações criadas após a redemocratização.

A audiência desta “nova direita” no Brasil cresceu significativamente entre as classes subalternas, profundamente ressentidas com os governos do PT e os impactos do aprofundamento do “Neoliberalismo”, e bombardeadas por igrejas (em particular as neopentecostais), pela grande mídia e agora pelos *Think-Tanks* da direita que encontram nas redes sociais, um solo fértil para propagar o ódio conservador, aglutinando elementos de anticomunismo, machismo, racismo e homofobia, em uma perspectiva virtualmente reativa, como se estivessem sendo tratados como minoritários pelo Estado (CASIMIRO, 2018).

5. Serviço Social Libertário - A “nova direita” no Serviço Social-

Nesse contexto, surge em 2016, o Movimento (SSL), a que nos referimos nesse trabalho. A seguir, apresentaremos algumas observações sobre esse movimento e principalmente sobre o ideário e as posições políticas divulgadas por ele.

Ao verificar o registro na rede social *Facebook* (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2016), da página do “movimento”, podemos verificar a alteração do nome da página, criada originalmente em 16 de Março como “contrarrevolução comunista” e alterada para o nome “Serviço Social Libertário” em 1º de maio de 2016, quando do lançamento da página do referido “movimento”.

No entanto, a mudança do nome para uma marca mais palatável em um universo onde o anticomunismo não é hegemônico não elimina o fato do “movimento” que suporta a página possuir como uma das principais funções o “combate ao comunismo”, como é possível verificar na publicação de 20 de julho de 2016, quando os mesmos se apresentam (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2016):

O Serviço Social Libertário é um movimento iniciado por alunas (os) e profissionais de Serviço Social, de diferentes estados do país, insatisfeitas com a doutrinação marxista sustentada pelo nosso curso e que fundamenta uma prática profissional política-ideológica.

O movimento é totalmente avesso ao marxismo, primeiramente, por entender que a teoria incorre em equívocos (como por exemplo, a teoria do valor, a teoria da exploração e da luta de classes). Também, por entender que as diversas tentativas de implantação do sistema socialista/comunista sempre resultaram em totalitarismo, cruéis ditaduras, supressão das liberdades individuais e miséria generalizada.

O objetivo principal da página é trazer a teoria liberal para dentro do universo do Serviço Social, apresentando outras propostas de soluções para os problemas econômicos e sociais do país, que não seja a "ditadura do proletariado" e a utópica "revolução comunista". Além de evidenciar o quão prejudicial é a atuação desmedida do Estado que não se limita às suas funções essenciais, de segurança e de proteção, mediante a lei, da

inviolabilidade dos direitos individuais (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2016, sn.).

Cientes da posição de nosso interlocutor, acreditamos ser de grande relevância investigar a relação destes sujeitos com os diferentes “aparelhos privados de hegemonia” da “nova direita”, envolvidos com a difusão do seu projeto econômico-político. Essa pesquisa, portanto, é vital no cenário atual, em que esta posição liberal economicamente e conservadora moralmente é um dos sustentáculos do projeto de poder no Governo Federal; eleito justamente como reação aos governos do Partido dos Trabalhadores, vinculado ao progressismo latino-americano das primeiras décadas deste século.

Considerando, pela própria descrição do grupo, que esse se concentra em ações de características doutrinárias, divulgação de conteúdos teóricos ultraliberais e conservadores e de combate ao Marxismo no Serviço Social, categorizei (tabela 1) as publicações do referido grupo em sua página, buscando compreender melhor o seu perfil.

Como podemos verificar na tabela 1, grande parte das publicações da página refere-se à “divulgação de conteúdos teóricos”, “críticas à direção social da profissão”, “críticas a movimentos sociais” e “defesas políticas sobre temas nacionais”.

Em relação às “denúncias de doutrinação”, elas reúnem desde fotos de quadros de aula a vídeos com conversas do aplicativo *Whatsapp*. Nesse quesito, o SSL alinha-se com o movimento Escola sem Partido e na recente ofensiva irracionalista sobre a educação protagonizada pelo conservadorismo no Brasil nos últimos anos.

Importante observar que a categoria “conteúdo relacionado as 23 teses para reformar o Serviço Social” também se constitui de crítica à direção social da profissão, mas os separamos em outra categoria por acreditar que este item merece análise em separado das demais críticas apresentadas em notas, textos curtos para *Facebook* e *memes* (imagens), etc.

Tabela 1. Classificação das publicações da página de *facebook* do Serviço Social Libertário por categoria de análise. Brasil, 2016 a 2018.

| Categorias de Análise | Quantidade identificada (n) | percentual (%) |
|---|------------------------------------|-----------------------|
| Conteúdo Relacionado as 23 teses para reformar o Serviço Social | 25 | 22,94 |
| Divulgação de Conteúdos Teóricos | 25 | 22,94 |
| Crítica a Direção Social da Profissão | 17 | 15,60 |
| Outros | 10 | 9,17 |
| Crítica a Movimentos Sociais | 8 | 7,34 |
| Memes E Stickers (apenas imagens) | 8 | 7,34 |

| | | |
|---------------------------------------|------------|---------------|
| Defesa politica sobre temas nacionais | 7 | 6,42 |
| Denúncia de Doutrinação | 5 | 4,59 |
| Auto promoção da página | 2 | 1,83 |
| Notas Políticas | 2 | 1,83 |
| Total | 109 | 100,00 |

Fonte: O autor, 2019.

Cientes de que parte significativa das publicações da página corresponde à divulgação direta de “conteúdos teóricos”, em textos, citações e resenhas (conforme tabela 1), realizei a contagem de referências por autor que permitiram produzir a tabela 2.

Tabela 2. Classificação das publicações da página de *facebook* do Serviço Social Libertário na categoria “conteúdos teóricos” por teórico de referência. Brasil, 2016 a 2018.

| Teórico de Referência | Postagens (n) | Percentual (%) |
|--------------------------------------|----------------------|-----------------------|
| Ludwig Von Misses | 11 | 44 |
| Frederic Bastiat | 3 | 12 |
| Ayn Ran | 2 | 8 |
| Irineu Evangelista(visconde de maua) | 2 | 8 |
| Miltom Friedman | 2 | 8 |
| Bel Pese | 1 | 4 |
| Carl Menger | 1 | 4 |
| Friederic Engels | 1 | 4 |
| John Locke | 1 | 4 |
| William L. Anderson | 1 | 4 |
| Total | 25 | 100 |

Fonte: O autor, 2019.

A observação da tabela 2 permite identificar a grande influencia das perspectivas vinculadas a escola austríaca de economia, ultraliberal economicamente e conservadora nos costumes. O principal autor publicado é Ludwig Von Misses, que como apresenta Casimiro (2018) é uma das principais influências da “nova direita” no Brasil e no mundo. Comparecem também Carl Menger (1840-1921), considerado o pai da Escola austríaca e Willian L. Anderson, professor do Instituto Misses e da Universidade de *Frostburg*, John Locke, Milton Friedmam e Frederic Bastiat. Além da roteirista e anticomunista exilada da União das Repúblicas Socialistas Soviética (URSS), Ayn Ran e Irineu Evangelista (Visconde de Mauá) - industrial considerado como referencia do liberalismo no Brasil -.

Ao longo das publicações do grupo, há oito delas dedicadas à crítica direta a movimentos sociais: ao movimento estudantil secundarista que ocupava escolas, ao posicionamento antifascista do movimento estudantil de Serviço Social, ao movimento Feminista em geral, ao movimento #elenão, ao movimento sindical e as mobilizações pelo “Fora Temer”. A posição expressa pelo SSL não apenas é avessa ao marxismo como é avessa a mobilização social em defesa de direitos, relativiza a cultura do estupro, criminaliza mobilizações estudantis e se alinha contra toda mobilização que ameace os grupos dirigentes.

Além destas críticas diretas aos movimentos e mobilizações, a página oferece uma gama de defesas de posições conjunturais, sendo a mais repetida a defesa da Proposta de Emenda Constitucional 241 (PEC 241), que congela os investimentos públicos por 20 anos. Outras posições defendidas são: a defesa da Primeira Dama Marcela Temer contra a acusação de “Primeiro Damismo” e de sua posição “Bela, recatada e do Lar”; uma crítica a Lei Rouanet, acusando-a de aparelhamento comunista na cultura; uma defesa da reforma da Previdência proposta no governo Temer e uma defesa liberal dos direitos humanos. Como podemos ver, as posições são diametralmente opostas as posições mais progressistas e apontam para a redução de direitos e manutenção de desigualdades.

Parte expressiva das publicações do SSL na rede social são republicações de outros instrumentos de comunicação como notícias e editoriais. Na tabela 3 são apresentadas as principais fontes de republicação na página, excluindo blogs e páginas pessoais de *Facebook*, que comparecem, frequentemente, nas postagens, assim como postagens anônimas de assistentes sociais e estudantes.

Apesar de não expressar a totalidade das publicações, a origem das publicações compartilhadas de outros mecanismos de comunicação explicita as relações existentes deste movimento com diversos dos APH’s de direita surgidos nos últimos anos, além de instrumentos de mídia a eles vinculados.

Tabela 3. Classificação das publicações da página de *facebook* do Serviço Social Libertário quanto a fonte de republicações. Brasil, 2016 a 2018.

| Fonte de Republicação | Frequência (n) | Percentual (%) |
|--------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| ILISP-Instituto Liberal de São Paulo | 4 | 21,05 |
| Instituto Von Misses Brasil | 3 | 15,79 |
| Spotniks.com | 3 | 15,79 |
| Instituto Mercado Popular | 2 | 10,53 |

| | | |
|---|-----------|------------|
| Psicanálise Sem doutrinação | 1 | 5,26 |
| Caneta Desesquerdizadora | 1 | 5,26 |
| facebook.com/liberaldehumanas | 1 | 5,26 |
| facebook.com/GERACAO DE VALOR | 1 | 5,26 |
| Jornal Livre | 1 | 5,26 |
| Revista Exame | 1 | 5,26 |
| SASERS.com (Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio Grande do Sul) | 1 | 5,26 |
| Total | 19 | 100 |

Fonte: O autor, 2019.

Figura na tabela 3, como campeão de compartilhamentos, o Instituto Liberal de São Paulo (ILISP) que em seu site apresenta-se como “um *think-tank* liberal criada no dia 1º de junho de 2014, na cidade de São Paulo, Brasil. Nossa meta é apenas uma: tornar o Brasil um país onde as pessoas tenham plenos direitos à vida, liberdade e propriedade” (ILISP, 2014).

Em segundo lugar, consta nada menos que a página do Instituto Von Misses Brasil, lançado em 2012 e que atua ativamente nas redes sociais aglutinando desde junho de seguidores em todo Brasil. Casimiro (2018) após intensa pesquisa nestes APH’s doutrinários, ofereceu-nos uma descrição do Instituto Von Misses Brasil, que pode ser bem elucidativa para compreendermos as visões de mundo divulgadas pelo SSL:

O Instituto Von Misses Brasil, por sua vez, pode ser caracterizado como um aparelho privado de hegemonia de cepa fundamentalista de mercado e conservadorismo cultural. Estabelece concepções conservadoras e moralistas, tentando legitimar a ideologia mais elitista, mesquinha e preconceituosa de caráter proto-fascista, sob o signo de ciência, buscando uma “aparência de crítica social” (CASIMIRO, 2018, p. 11).

A revista Exame também comparece, esta última como nos informa Casimiro (2016) é uma das participantes do Instituto Millenium (IMIL), criado em 2005, reunindo grandes conglomerados de comunicação em um APH, formalmente reconhecido como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e importante espaço de produção de consenso à direita, durante os governos do PT.

Além disso, a página republica propagandas, *memes* e notícias de páginas de *facebook* como “Liberaldehumanas” e “geração de valor”, que realizam críticas tanto ao Marxismo, quanto à esquerda partidária e movimentos sociais críticos.

Também chama atenção, o comparecimento de matéria do Site do SASERS, primeiro Sindicato de Assistentes Sociais do Brasil, refundado após decisão coletiva dos Assistentes Sociais nos anos de 1980 de não priorizar o sindicalismo por profissão/categoria (SASERS, 2018). Conforme orientação da Central Única dos Trabalhadores, os assistentes sociais filiaram-se a

sindicatos interprofissionais por área de atuação, priorizando a organização sindical por ramos de atividade profissional e não os sindicatos de categoria.

A referida publicação diz respeito a um seminário em defesa do “Serviço Social Clínico” vedado pela RESOLUÇÃO CFESS Nº 569, de 25 de março de 2010. A resolução a que nos referimos faz alusão às práticas vedadas como terapias individuais, grupais e/ou comunitárias: a “Intervenção profissional que visa a tratar problemas somáticos, psíquicos ou psicossomáticos, suas causas e seus sintomas em fins medicinais, curativos, psicológicos e/ou psicanalíticos que atuem sobre a psique” (CFESS, 2010, p. 2).

Importante ressaltar, que uma das publicações na página do SSL é uma nota de autoria do próprio movimento em defesa da Professora Sonia Martins Seixas, que estaria sofrendo perseguição por apoiar a candidatura de Bolsonaro à Presidência da República, da Presidente da Federação Nacional de Assistentes Sociais (FENAS). Essa Federação congrega os sindicatos reabertos por um grupamento minoritário na profissão, alinhado com os grupamentos majoritários na esquerda democrático popular, em sua versão abrandada nos anos de 1990.

Assim, o SSL, além de servir como plataforma de divulgação de conteúdos estranhos ao corpo profissional, tenta se inserir nas polêmicas do campo profissional. Representativo é que se somadas as “críticas à direção social da profissão” e as “publicações referentes as 23 teses para reformar o Serviço Social”, do professor Edson Marques, temos mais de 1/3 das publicações da página com críticas diretas ao “projeto profissional” do Serviço Social contemporâneo (tabela 1).

As críticas que vão desde o debate teórico-metodológico até a relação entre profissionais e vanguardas possuem um caráter reativo, misturando a hegemonia real do campo da esquerda no Serviço Social com a ficção do “Marxismo Cultural”, criada pelos *think-tanks* ultraliberais.

A existência de poucos textos de assistentes sociais docentes ou não é muito diminuta, exceto pelo professor Dr. Edson Marques, autor das 23 teses para reformar o Serviço Social, Vanessa Oliveira, aluna que, segundo a página, motivou o movimento com a formação da sua banca de TCC que trabalhava com a escola Austríaca de economia, com autores como Ludwig Von Mises e da estudante de Serviço Social e “Blogueira”, Isla Andrade.

A referida página destina cerca de 20% de suas publicações a divulgação do documento 23 teses para reformar o Serviço Social, compartilha o conjunto das teses, as teses em separado, campanha de financiamento coletivo para a publicação, até um vídeo de uma docente colombiana que apoia as 23 teses tecendo críticas ao marxismo e ao Serviço Social brasileiro.

Em primeiro lugar, cabe ressaltar o papel de destaque dos textos do docente de Serviço Social Edson Marques no movimento analisado. O referido docente, em seu Currículo Lattes,

(MARQUES, 2018) apresenta sua formação acadêmica como Assistente Social e *Coaching* da seguinte forma:

Possui graduação em Serviço Social pela Faculdade Paulista de Serviço Social (1989), mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1996) e doutorado em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2004). Pos-doutorado em Políticas Sociais, Trabalho e Desigualdades, pelo CES, Universidade de Coimbra, Portugal. Coach e Trainer coaching certificação internacional (2006) pela Lambent do Brasil e membro do ICC Comunidade Internacional de Coaching, Inglaterra. Neurocoaching certificação Internacional pelo Instituto Brasileiro de Coaching - IBC (2013) (MARQUES, 2018, p.1).

Além da formação *strito sensu* em Serviço Social, onde observamos que desde o seu doutorado em 2004, o autor aproxima-se de posições minoritárias no campo do Serviço Social, tratando da temática do “Empreendedorismo Social”; acredito que sua formação complementar em *Master in Business Administration* (MBAS) e cursos de *coaching* estão mais relacionadas às posições que tem defendido.

Sua formação passa por Institutos (*think-tank*) como o Instituto *Echos*, onde cursou Formação de Design Thinking, que possui como seus clientes as empresas Faber Castell, Ford, UNIMED, Klabin, Tecnisa, entre outras corporações. Talvez daí decorra sua defesa de um serviço social que atue como “*design de projetos e serviços sociais*” (MARQUES, 2017, sn.).

Marques também foi premiado pelo Instituto *Ethos* com o “Prêmio Ethos/Valor Concurso para Professores e Estudantes Universitários, Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial e Jornal Valor Econômico” (MARQUES, 2018). O referido prêmio conferido por dois importantes aparelhos privados de hegemonia burguesa aponta para o campo político e social em que se insere o docente, autor de 8 livros, na maioria deles voltados a técnica *Coaching*, ao Empreendedorismo e Responsabilidade Social empresarial.

Em seu *curriculum*, na plataforma Lattes, também é possível verificar a relação do referido docente com o Ensino à Distância (EAD) em Serviço Social, tendo atuado nas Universidades: Universidade do Tocantins (UNITINS) e Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). Sendo que a UNITINS, em 2011, era a Universidade com o maior número de estudantes de Serviço Social na modalidade à distância e a ULBRA era a quarta de um ranking com as 14 principais escolas de EAD (CFESS, 2011).

Sobre essa questão, as entidades profissionais do Serviço Social, após pesquisa nas Unidades de Formação Acadêmica à distância, produziu, em 2011, um relatório intitulado “Sobre a incompatibilidade entre graduação à distancia e Serviço Social” (CFESS, 2011), onde apontam uma série de irregularidades nessas Unidades, como condições inadequadas de trabalho, ausência de projeto pedagógico, estágio supervisionado que não atende as normativas legais, entre outras.

O relatório acima citado foi lançado em conjunto com uma campanha publicitária contra esta modalidade de Ensino. A Campanha “Educação não é *fast-food*: diga não para a graduação à distância em Serviço Social” foi promovida por CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO, apoiados pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN).

A referida campanha publicitária foi suspensa por ordem judicial, em processo movido pela Associação Nacional dos Tutores de Ensino à Distância (ANATED), apoiada pelos donos das referidas instituições, alegando que a campanha com o posicionamento das entidades do Serviço Social era ofensiva.

Este episódio demonstrou que, no interior da disputa por projetos profissionais, há um tensionamento pelo campo da Educação Privada, à distância. Isso porque a direção social do Serviço Social se opõe, não apenas as visões de mundo de setores burgueses, como prejudica a lucratividade dos empresários do negócio da educação, ao afirmar uma direção crítica para formação profissional, com autonomia aos interesses econômicos imediatos de frações burguesas.

Marques ocupa papel chave na organização desta “nova direita” no Serviço Social, demonstrando articulação com os *think-tanks* e APH’s burgueses. Porém, o que de fato o particulariza é a posição que ocupa no interior do campo acadêmico do Serviço Social, possuindo assim legitimidade para questionar desde os fundamentos à direção social do Serviço Social. Sua relação com a página não é explícita, apesar de ser o produtor de boa parte do conteúdo original publicado na mesma, com destaque para as 23 teses para reformar o Serviço Social.

6. O Museu de Grandes Novidades de Edson Marques - Sobre as 23 teses para reformar o Serviço Social.

O documento “23 teses para reformar o Serviço Social”, em seu primeiro parágrafo já demonstra o caminho que o campo da “nova direita” propõe-se a travar no Serviço Social, o apelo a “inovação” é conjugado como necessidade do tempo presente (MARQUES, 2017); ao mesmo tempo que ataca a perspectiva hegemônica na profissão e exige respostas adequadas a este tempo, acusa o campo do Serviço Social no Brasil de teoricismo.

Este chamado ao pragmatismo, além de ser uma marca das visões conservadoras e modernizadoras do Serviço Social no Brasil (NETTO, 2005) convive perfeitamente com perspectivas de aversão à teoria e irracionalismo tão difundida hoje no senso comum pela “nova direita”.

Distante do marxismo e da crítica social à esquerda referencia-se em concepções hegemônicas da profissão no mundo, e no conservadorismo de origem da profissão, como modo

de se inserir no debate profissional nacional, sem comungar as principais referências teórico-metodológicas utilizadas no Serviço Social. Nas palavras de Marques (2017):

Nesse sentido, reformar o Serviço Social é resgatar a essência de sua origem como profissão de intervenção humano-social e como ciência social aplicada, diferente do rumo que vem tomando, de uma “profissão militante político-ideológico partidária”. Dessa forma, reformar e retomar a sua essência e as suas origens, para com isso, mudar a rota de destruição e descaracterização que está em curso, ou seja, de uma ação mais militante pautada num discurso utópico ilusório (pois não diz como isso é possível, gerando perda de identidade, confusão e direção aos profissionais) o que não cabe a uma profissão, e sim, e se muito for, a organizações militantes como sindicatos, ONGs ativistas, movimentos sociais, mas jamais para uma PROFISSÃO (MARQUES, 2017, p. 3).

Como vimos, a inserção da “nova direita” no Serviço Social está vinculada tanto a um discurso modernizador quanto a um apelo restaurador ao retorno ao conservadorismo na profissão. Apresenta-se de modo reativo e denunciante aos moldes da campanha “Escola sem partido”.

Na visão de Marques (2017), assim como nas posições de intelectuais conservadores, o “politicamente correto”, como denomina o combate às opressões, é um mal a ser extirpado. De igual modo, deveria ser extirpado, o “maniqueísmo” dos marxistas, a criminalização do conservadorismo, e o “policiamento epistemológico” e a “esquizofrenia intelectual” (MARQUES 2017, p. 6).

Como esperado, o documento sai na defesa do EAD (MARQUES, 2017) e do Serviço Social Clínico, acusando os segmentos que negam estas práticas de recusar postos de trabalho. Dedicar algumas páginas das 50 que compõem suas 23 teses a defesa do EAD e ataque a campanha “educação não é *fast food*”.

A questão dos postos de trabalho, que atravessa o documento, não é menor no Serviço Social, visto o crescimento exponencial de matrículas presencial e à distância no Serviço Social, e o impacto dos ataques às políticas sociais públicas que empregam a maior parte dos profissionais. Esse apelo sinaliza para os objetivos de reforma que o autor aponta: “adaptar a profissão às demandas do mercado de trabalho”. Essa adaptação implicaria o retorno ao mercado como único ente capaz de definir os rumos da profissão.

O retorno a perspectivas integrativas que vigoravam no Serviço Social é conjugado ao combate ao “vitimismo”, demonstrando a influência do pensamento econômico conservador, a que se filia Marques (2017). Ele aponta para o que diz ser uma nova modalidade de atendimento, diferente da pura individualização das expressões da questão social, alia aqui o discurso integrador e ilusório de *coaching* ao velho esquema “caso, grupo e comunidade” do Serviço Social do início do século XX.

Nosso dever retomar as origens e reformar o Serviço Social e recolocar sua centralidade no ser humano, não mais como um ser isolado, mas como um ser conectado ao seu meio. Desse modo, recolocaríamos esse ser não como vítima de um sistema, mas como autor de

sua história, do desenho das ações concretas as quais podem dar esperança no enfrentamento de seus desafios cotidianos (MARQUES 2017, p. 11).

Assim, o autor propõe a redefinição do objeto do Serviço Social, que passaria a ser o ser humano e não as expressões da questão social. Na verdade, o que se observa é a responsabilização individual cravejada com discurso de autoajuda. Até a bíblia se torna fonte do autor em seu intento de crítica global ao serviço social. Para o autor “trato individual” não equivale a individualismo, sem contudo, explicitar estas diferenças (MARQUES, 2017)

Outro elemento que ganha contornos no referido documento é o que o autor supõe como “a defesa da relação entre religião e ciência”. O documento ignora assim que a laicização da profissão foi elemento essencial para sua consolidação, no século XX, mesmo que em marcos conservadores (IAMAMOTO, 2005). Nesse aspecto Marques (2017) imiscui-se no caldo de cultura conservador que deu suporte à eleição do presidente Jair Bolsonaro, que aglutina conservadorismo cultural e religioso com ultraliberalismo econômico, sendo o primeiro e principal aporte para o combate aos segmentos críticos que se opõem à opressão de negras e negros, mulheres e LGBT’s, negando direitos conquistados por estes segmentos nos últimos anos.

Bem como o mesmo Jesus nos prometeu estar junto em todos os momentos, “Eis que estarei convosco todos os dias, até o final dos tempos” (Mateus, 28,20), em outros termos, a religião e a espiritualidade saudável contribuem para dar força e esperança aos profissionais para o enfrentamento das demandas cada vez mais duras, complexas e cruéis, e também para uma melhor compreensão dos fenômenos religiosos como categoria social de estudo. Cristãos assistentes sociais, vamos acordar (MARQUES 2017, p. 35).

Em suas 23 teses, o docente também apresenta uma leitura de conjuntura bem próxima da difundida pelos *Mass Media* e pela “nova direita”, associando marxismo, totalitarismo e corrupção no Estado. Percorre um trajeto singular, utilizando, por exemplo, uma conversa vazada na Lava Jato como evidência para afirmar essa associação entre marxismo e corrupção (MARQUES, 2017)

Na conclusão, paradoxalmente, Marques (2017) esclarece que o documento não seria antimarxista, ou contra o “projeto profissional” hegemônico no Serviço Social. Contudo, o que observamos em suas 23 teses é justamente o inverso, um aporte às origens conservadoras do Serviço Social; influências religiosas e ecléticas são evocadas para uma crítica global da direção social da profissão, que o autor acredita ser expressão exclusiva da posição de uma vanguarda profissional antidemocrática e intolerante.

Nesse sentido, coaduna com os demais conteúdos analisados sobre o movimento Serviço Sociais Libertários e sua “contrarrevolução comunista”. Apesar de utilizar algumas referências do próprio Serviço Social brasileiro contemporâneo para tecer suas críticas, faz muito mais referências a pensadores de outras nacionalidades ou de gerações anteriores e, utiliza do

desconforto de defender um projeto profissional alinhado com um projeto societário anticapitalista na atual conjuntura, como elemento para justificar uma guinada à direita da profissão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada é ainda preliminar, mas acredito que indica um esforço que pode ser frutífero para a consolidação do projeto ético-político crítico na profissão; o debate com perspectivas conservadoras não deve limitar-se à rejeição de seus pressupostos, mas a busca pelos vínculos orgânicos que forjam suas posições teórico-metodológicas.

A utilização da categoria “Estado Ampliado ou integral” como ferramenta metodológica, como aponta Mendonça (2014) foi central para permitir essas aproximações; assim como, o contato com pesquisas de Casimiro (2016) e Fontes (2012), que partem da indissociabilidade entre Sociedade Política e Sociedade Civil para compreender a dinâmica da produção de consensos em torno da dominação “Capital Imperialista”.

Compreendendo que vivemos uma ofensiva do pensamento conservador nacional e internacionalmente. Inclusive, tendo um conservador à frente do Ministério da Educação torna-se essencial conhecer as fontes deste modo de pensar, compreender as diferenças internas entre estes setores que se aglutinam para a manutenção e aprofundamento de formas de exploração consagradas na realidade brasileira e que são responsáveis por nossos grandes índices de desigualdade econômica.

Nesse sentido, nossa expectativa inicial de entender melhor o movimento, que forja o surgimento de uma “nova direita” defensora de velhos valores no Serviço Social, encontrou uma unidade eclética entre a perspectiva de restauração do conservadorismo na profissão e, as visões de mundo disseminadas pelas elites econômicas desde 1980 e expostas mais incisivamente na última década. Assim, identificamos alguns dos laços orgânicos entre essas elites e o setor que critica os órgãos de representação e as posições da categoria. Acredito que este estudo é apenas uma primeira contribuição em um ramo de pesquisa sobre o conservadorismo da “nova direita” no Serviço Social e as transformações no padrão de dominação capitalista nesta década.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BADARÓ, M. **Os trabalhadores Brasileiros e a Contra Revolução Democrática** in: Outros Tempos, vol. 11, n.17, 2014 p. 183-195

BRAGA, R. **A política do Precariado: do populismo à hegemonia Lulista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

BRAGA, R. 2016: **O fim do Lulismo** In: Jinkings,I; Doria, K, Cleto, M., Porque Gritamos Golpe Boitempo Editorial, 2016.

CASIMIRO, F.H.C. **Aparelhos privados de ação estrutural e suas estratégias de reconfiguração da ossatura material do Estado Ampliado, no Brasil contemporâneo**. Notas de aula. 2018

CASIMIRO, F.H.C **A nova direita no Brasil: Aparelhos de ação político-ideológica e atualização das estratégias de dominação Burguesa(1980-2014)**. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense. 2016

CFESS **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distancia e Serviço Social**, 2011. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/incompatibilidadevolume1_2015-Site.pdf>> Acesso em: 5 de janeiro de 2019.

CFESS. **RESOLUÇÃO 569 de 25 de março de 2010**. Disponível em: Acesso em:5 de janeiro de 2010

COUTINHO, C. N. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, F. de et al (Org.). **Hegemonia às avessas**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010, p.29-46.

COUTINHO, C. N. **Contra a Corrente: Ensaio sobre democracia e socialismo**. 2. ed., São Paulo: Cortez, 2012.

COELHO, E. **Uma esquerda para o Capital - O transformismo dos grupos dirigentes do PT(1979-1998)**. São Paulo: Xamã, 2012.

ECHOS , **Quem somos** disponível em << <https://www.echos.cc/>>> 7 de janeiro de 2019

FREDERICO, C. **Crise do socialismo e movimento operário**, São Paulo, Cortez 1994

FONTES, V **O Brasil e o capital imperialismo** Rio de Janeiro: editora UFRJ. 3.ed. 2010

GRAMSCI, A. O Leitor de Gramsci: Escritos Escolhidos. In: COUTINHO, N. (org). **nome da obra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011

IAMAMOTO, M.V. **Serviço Social em tempo de capital Fetice**. Capital financeiro, trabalho e Questão Social. 5 ed. São Paulo. Cortez editora, 2011.

IAMAMOTO M. V. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil** . Esboço de uma interpretação histórico-metodologica 29 ed. São Paulo. Cortez editora, 2009

IASI, M. L. **As metamorfoses da consciência de Classe - O PT entre a negação e o consentimento.** 2 ed. São Paulo: Expressão popular, 2012

MARQUES, E. **Curriculo Lattes de Edson Marques de Oliveira, 2018.** Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7211302835649885>. Acesso em: 5 de janeiro de 2019.

MELLO, D **As reflexões de Gramsci sobre o fascismo e o estudo da direita contemporânea: notas de pesquisa.** Comunicação ao Colóquio Internacional Marx e o Marxismo, Niteroi, 2017

MARQUES. E. **23 Teses para a reforma do Serviço Social** [Documento eletrônico] 2017, disponível em : [facebook.com/servicosociallibertario](https://www.facebook.com/servicosociallibertario). Acesso em 02 de janeiro de 2019

MENDONÇA,S. R **O Estado Ampliado como ferramenta metodológica** . in:Marx e o Marxismo, vol. 2, n2,2014 p.27-43

MENDONÇA,S.R. **Agronomia, agrónomos y poder em Brasil(1930-1961)** Congresso Internacional de Americanistas. Ciudad de México, 2009

NETTO, José Paulo. **A Construção do Projeto Ético-político do Serviço Social Frente à Crise Contemporânea.** In: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. *Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais*. Módulo 01. Brasília. CFESS/ABEPSS/DSS e CEAD-UnB, 1999.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social no Brasil. 8.ed. São Paulo.**Cortez editora.2005

RAICHELLIS, R. **O Assistente Social como trabalhador assalariado: Desafios frente às violações de seus direitos** . In: Serviço Social e Sociedaden.107 p.420-437 2011

SASERS. **História do SASERS e o movimento sindical de Serviço Social no Brasil** disponível em <<http://www.sasers.com.br/nossa-historia.html>>>.10 de janeiro de 2019

SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO **Página de facebook** [publicações 2016]. Disponível em: [facebook.com/servicosociallibertario](https://www.facebook.com/servicosociallibertario). Acesso em: 23/12/2018.

SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO **Página de facebook** [publicações 2016 a 2018]. Disponível em: [facebook.com/servicosociallibertario](https://www.facebook.com/servicosociallibertario). Acesso em: 23/12/2018.

WEFFORT F.C. **Porque Democracia** São Paulo Brasiliense 1984,